

# **ANÁLISE DO ALARGAMENTO EUROPEU NO SÉCULO XXI, SOB A PERSPECTIVA DOS PRINCIPAIS PARADIGMAS DAS RELACÕES INTERNACIONAIS<sup>1</sup>.**

Vinicius Neves dos Santos, Alexandre Ratner Rochman. – Ciência Política – Relações Internacionais – Departamento de Educação Ciências Sociais e Política internacional – Faculdade de História Direito e Serviço Social – Campus de Franca.

Em meados da década de 90, a UE recebeu as candidaturas de antigos países do bloco soviético (Bulgária, República Checa, Hungria, Polônia, Romênia e Eslováquia), dos três Estados bálticos que haviam feito parte da União Soviética (Estônia, Letônia e Lituânia), de uma das repúblicas da antiga Iugoslávia (Eslovênia) e de dois países mediterrânicos (Chipre e Malta). Em consequência disto, iniciaram-se as negociações e a efetivação de medidas que possibilitassem a integração destas unidades à União Européia.

Foi justamente o impulso integracionista que permitiu a reaproximação de países historicamente antagônicos, através do recurso à negociação e ao direito comunitário, ao invés da força e da coerção. Este método vem ressaltando o interesse comum da criação de uma identidade comunitária que respeite as diversidades nacionais que são bastante amplas.

O fim da URSS e do Pacto de Varsóvia, e o surgimento de inúmeros novos Estados no quadro geopolítico europeu, geraram um enorme risco de instabilidade dentro deste continente. Diante da possibilidade de surgimento de conflitos, e do expressivo potencial de mercado que estes países representavam, a medida adotada pelo Conselho Europeu foi a de integrá-los ao bloco, assumindo abertamente as consequências que esta medida poderia acarretar.

A partir de então, foram estabelecidos prazos para a adesão dos países, já no final dos anos 80. O cumprimento dos critérios de adesão, bem como do desempenho dos países em cada item exigido pela Europa Ocidental, era acompanhado individual e periodicamente. Constavam nesta lista de exigências, primordialmente, as importâncias de estabilidade política, democrática e de Estado de Direito (que deveriam ser disseminadas e defendidas internamente); e num segundo plano, mas não menos importante, os critérios econômicos, que versavam a respeito da abertura comercial, manutenção das leis de mercado, regras comerciais claras e modernização técnica e administrativa da estrutura produtiva e de serviços, para que estes pudessem competir com as empresas ocidentais. Os países deveriam também se comprometer com a propagação e proteção dos Direitos Humanos, e ratificar plenamente todas as leis e tratados constituintes do bloco, num movimento que tinha como finalidade disseminar entre estes Estados, os valores cooperativistas e liberais que vigoravam nas instâncias da união européia.

A criação de uma unidade política e econômico-financeira tão bem sucedida quanto a atual União Européia, envolvendo tantos países diferentes e nações historicamente rivais, naturalmente se configura em uma matéria riquíssima dentro das relações internacionais.

Primordialmente, as questões econômico-comerciais figuram entre os objetivos centrais da União Européia. Os processos de integração e liberalização nestas áreas são o substrato do bloco como um todo, e esta realidade pode ser vislumbrada no próprio tratado que institui a Comunidade Européia.

De fato as matérias que versam sobre comércio, finanças e política econômica são as de maior sucesso e repercussão direta na vida das populações dos países do bloco, na mesma medida em que temas como segurança e constituição unitária, encontram resistência em serem implementados. Pode-se avaliar que a cooperação entre os países integrantes da União Européia emperra justamente quando vem à baila a simples e inconsciente ameaça do termo “Confederação de Estados”, algo que, em linhas gerais, seguindo a lógica evolutiva desta instituição, seria o seu fim inexorável, mas que ainda representa uma verdadeira celeuma dentro da realidade de toda qualquer nação soberana do globo.

A partir deste contexto, a expansão rumo ao Leste, menos de vinte anos após a ruína definitiva da URSS, traz para o bojo do maior bloco econômico do mundo, uma miscelânea de países, nações, etnias, línguas e culturas diferentes, que guardam consigo um sem numero de seqüelas das décadas de regime comunista, numa ousada e inteligente manobra das grandes potencias européias. Tem-se então um terreno

<sup>1</sup> Bolsa “Pibic Reitoria” (Junho – Agosto de 2006)

fértil para o florescimento das matérias que serão estudadas nesta pesquisa; a saber, as perspectivas que cercearam a expansão da União Européia, sob a óptica de alguns paradigmas das Relações Internacionais.

Em suma, este trabalho acadêmico se presta a discutir as entrelinhas do processo de integração europeu, analisando a importância de questões como a exportação dos valores ocidentais aos novos signatários, e as políticas de estabilização e abertura que visam à homogeneização continental, e o estancamento de conflitos regionais.

### **Referências bibliográficas**

ARON, Raymond, *Paz e Guerra entre as Nações*, São Paulo, Editora Universidade de Brasília, 2002.

BARTLETT, Robert. *The Making of Europe: Conquest, Colonization and Cultural Change, 950-1350*. London Allen Lane, 1993.

D'ARCY, François, *O Tratado de Nice: Remendos nas instituições para permitir o alargamento*, Revista de Estudos Jurídicos, UNESP, França, 2000.

D'ARCY, François. *União Européia*. São Paulo: Konrad Adenauer, 2002

DEUTSCH, Karl et al. *Political Community and the North Atlantic Area: International Organization in the Light of Historical Experience*, Princeton University Press, 1957.

DEUTSCH, Karl et al. *France, Germany and the Western Alliance: a Study of Elite Attitudes on European Integration and World Politics*, New York, Charles Scribners Sons, 1967.

GRIFFITHS, Martin. *50 grandes estrategistas das relações internacionais*. São Paulo: Contexto, 2004.

GROOM, AJR & Paul Taylor. (*Functionalism: Theory and Practice in International Relations*, University of London Press, 1975.

HAAS, Ernst. "International integration: the European and the universal process", *International Organisation*, 15 (1961).

HASS, Ernst B. *The Uniting of Europe. Political, Social, and Economic Forces, 1950-1957*, Stanford University Press, 1958.

HAAS, Ernst B. *Beyond the Nation-State. Functionalism and International Organization*, Stanford University Press, 1964.

HAAS, Ernst B. *The Obsolescence of Regional Integration Theory*, University of California, 1975.

MARTINS, Estevão de, "O alargamento da União Européia e a América Latina", In, *Revista Brasileira de Política Internacional*, 2004, nº 2.

MEDEIROS, Marcelo, "Prerrogativas estatais, integração regional e lógica distributiva", *Lua Nova*, 58, São Paulo, 2003. disponível em <www.scielo.br>, acessado em 10/07/2006.

MITRANY, David. *The Functional Theory of Politics*, London, Martin Robertson, 1975.

MITRANY, David. *A Working Peace System: An Argument for the Functional Development of International Organization*, London, Royal Institute of International Affairs, 1943

MORTON A. Kaplan, *System and Process in International Relations*, 1957, -

NOGUEIRA, J. Pontes & MESSARI, Nizar. *Teoria das relações internacionais: correntes e debates*. Elsevier, 2005.

PEREIRA, Demétrius Cesário. *União Européia: a Política Externa e de Segurança Comum em um mundo unipolar*. Campinas: UNESP, 2005.

RISSE, Thomas. *Social Constructivism and European Integration*, em: Diez, Thomas & Antjie Wiener (eds), *European Integration Theory*, 2004.

SCHMITTER, Philippe C. A Revised Theory of Regional Integration, em: Lindberg, Leon, & Stuart A. Scheingold (eds), *Regional Integration: Theory and Research*, Harvard University Press, 1971.